



Organização e personagens da formação profissional agrícola primária no início do século XX: os Aprendizados Agrícolas

Organization and characters of primary agricultural professional training at the beginning of the 20th century: the Aprendizados Agrícolas

Organización y caracteres de la formación profesional primaria agrícola a principios del siglo XX: los Aprendizados Agrícolas

Marco Arlindo Amorim Melo Nery
Instituto Federal de Sergipe (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-0675-4092>
<http://lattes.cnpq.br/0661638802291460>
marco.arlindo@ifs.edu.br

Resumo

Nas primeiras décadas do século XX, a partir da promulgação da Lei nº 8.319 de 1910, o Governo Federal buscou estruturar o ensino profissional agrícola em nível nacional, para tanto criou os Aprendizados Agrícolas, instituições destinadas a desenvolver a política educacional para o ensino agrícola primário. Neste artigo, a partir de leis, decretos, relatórios ministeriais e de diretores dos Aprendizados Agrícolas, é discutida a estrutura dos cursos e a clientela destas instituições, além, da quantidade de matrícula, taxas de aprovação e reprovação e outros elementos que ajudam a compreender os seus objetivos formativos entre os anos de 1910 e 1934, ano em que houve um reordenamento do ensino agrícola através do decreto nº 24.115.

Palavras-chave: Aprendizados Agrícolas; Ensino Agrícola; Formação; Instituições de ensino.

Abstract

In the first decades of the 20th century, following the promulgation of Law nº 8.319 of 1910, the Federal Government sought to structure professional agricultural education at a national level, creating AprendizadosAgrícolas, institutions created to develop the policy. primary agriculture. In this article, based on laws, decrees, ministerial reports and directors of AprendizadosAgrícolas, the structure of the courses and the clientele of these institutions are discussed, in addition to the amount of enrollment, approval and failure rates and other elements that help to understand these formative objects located between 1910 and 1934, the latter being the year in which reorganized the agricultural sector according to decree nº 24.115.

Keywords: Aprendizados Agrícolas; Agricultural Education; Training; Educational institutions.

Resumen

En las primeras décadas del siglo XX, tras la promulgación de la Ley nº 8.319 de 1910, el Gobierno Federal buscó estructurar la educación agrícola profesional a nivel nacional, creando Aprendizados Agrícolas, instituciones creadas para desarrollar la política. agricultura primaria. En este artículo, con base en leyes, decretos, informes ministeriales y directores de Aprendizados Agrícolas, se analiza la estructura de los cursos y la clientela de estas instituciones, además del monto de matrículas, índices de aprobación y fracaso y otros elementos que ayudan a entender o Estos objetos formativos se ubican entre las edades de 1910 y 1934, también en el año que fue necesario reorganizar el sector agrícola según el decreto nº 24.115.

Palabras clave: Aprendizados Agrícolas; Educación Agrícola; Capacitación; Instituciones educativas.

Aprovado: 20/07/2025

Introdução

No início do século XX, através da Lei nº 8.319 de 1910, o Governo Federal buscou estruturar o ensino agrícola no âmbito nacional, para tanto, criou os Aprendizados Agrícolas como instituições responsáveis pela formação primária agrícola.

Neste artigo, a partir de leis, decretos, relatórios ministeriais e de diretores dos Aprendizados Agrícolas, propõe-se compreender a organização dos cursos, a organização e estrutura do ensino, a formação prestada e os personagens que compunham tais instituições. A investigação está ancorada nos pressupostos da Nova História Cultural, especialmente na perspectiva de Roger Chartier (1990), que propõe estudar os modos como os sujeitos se apropriam das práticas e representações sociais, deslocando o foco da análise para os usos sociais e culturais dos discursos e das instituições.

Assume-se, portanto, que os Aprendizados Agrícolas não devem ser vistos apenas como instrumentos técnicos de formação profissional, mas como espaços simbólicos de construção de subjetividades e de imposição de normas e valores sociais.

Os Aprendizados Agrícolas foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento das políticas de ensino agrícola primário entre 1910 e 1946, quando da edição da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Ao longo do texto será explorada a primeira fase de funcionamento destas instituições (NERY, 2010), entre os anos de 1910 e 1934, quando ocorreu a reforma do ensino agrícola elementar através do decreto nº 24.115.

Preparatório, de adaptação e profissionalizante/regular: os Cursos ofertados pelos Aprendizados

Nem só de atividades estritamente produtivas viviam os Aprendizados. A bem da verdade, mesmo as atividades de natureza produtiva tinham, em síntese, finalidades pedagógicas, estando em consonância com a forma de ensino desses estabelecimentos, que era o “fazer para aprender”.

Todos os Aprendizados Agrícolas mantinham cursos primários, chamados em algumas instituições de cursos preparatórios, cujo o objetivo era o de preparar os discentes que buscavam matrícula nos estabelecimentos, mas que não tinham os conhecimentos mínimos para frequentar os cursos regulares (profissionalizantes). Ou seja, a maior parte da clientela dos Aprendizados era formada por pessoas que nunca haviam frequentado os bancos escolares, não sabendo sequer ler e escrever. Isto, porém, não se configura numa novidade, pois em 1920 aproximadamente 65% da população brasileira com 15 anos de idade ou mais era analfabeto (PINTO, BRANT, SAMPAIO e PASCOM, 2000).

Essa realidade fazia com que os Aprendizados mantivessem cursos primários para preparar, minimamente, aqueles que viriam a ocupar as vagas dos cursos regulares. Tanto é assim, que a frequência nos cursos primários era, pelo menos, duas vezes maior que nos cursos regulares.

Tomando como exemplo o AA de Barbacena no ano de 1913, dos 122 matriculados, 64 frequentavam o curso primário diurno; 41, o curso primário noturno, e apenas 17 encontravam-se no curso regular, ou seja, aproximadamente 13,93% dos discentes estavam no curso que era a atividade fim do estabelecimento.

Ao longo dos anos, tal situação não se alterou muito. Prova disso é que o mesmo AA de Barbacena, no ano de 1931, tinha 60 alunos matriculados no curso preparatório, 72 nos três anos do curso de adaptação e apenas 18 no curso profissional, correspondendo a 12% do total de discentes da instituição.

O AA de Barbacena, buscando solucionar o problema da falta de preparação de sua clientela, reorganizou sua estrutura de ensino, criando o curso profissional de chefe de culturas; ou seja, os alunos que terminassem o curso nesse Aprendizado deixariam de receber o certificado de prático em trabalhos agrícolas, passando a ser considerados chefes de culturas. Isto fez com que substituíssem o curso primário pelo curso de adaptação e adotassem o curso preparatório.

No curso preparatório os alunos receberiam ensinamentos de português e aritmética, servindo de base para adentrar o curso de adaptação. Caso os alunos não tivessem bom desempenho nessas disciplinas básicas não entrariam no curso de adaptação. Isto se justificava devido à grande quantidade de reprovações obtidas nos cursos primários.

Tomando como exemplo os resultados dos exames realizados no AA de Satuba no ano de 1926, pode-se perceber a precariedade na formação daqueles que procuravam os cursos dos Aprendizados:

Quadro 1 - Resultados dos exames do curso primário realizados no AA de Satuba no ano de 1926

Ano	Série	Alunos habilitados	Alunos inabilitados
1º	1ª	5	6
	2ª	6	5
2º	1ª	7	5
	2ª	5	4
3º	1ª	2	2
	2ª	0	3

Fonte: BRASIL-RMAIC, 1926, p. 103.

De acordo com esse quadro, dos 50 alunos que se submeteram a exames nos três anos do curso primário, 25 não obtiveram média para passar à série subsequente, isto é, 50% dos alunos foram reprovados.

Esse era um dos motivos que levava à baixa matrícula de alunos nos cursos regulares profissionalizantes, visto que a maioria não obtinha média para matricular-se neste. No caso do AA de Satuba, em 1926, nenhum aluno conseguiu habilitar-se para frequentar o curso regular.

Além da inexistência de alunos nos cursos regulares em virtude da falta de habilitação em nível primário, muitos diretores queixavam-se de que os alunos abandonavam a instituição após o término do ensino primário, como nos casos dos AAs de São Luiz das Missões, Juazeiro e Satuba. Neste último, o abandono ocorria antes mesmo de completar o ensino primário, como exposto no relatório ministerial de 1923:

Em geral os alunos deixam o estabelecimento depois de terem adquirido alguns conhecimentos. Até agora, apenas 15 alunos concluíram o curso primário, com regular aproveitamento; 31 abandonaram o curso quase ao terminá-lo; 51 fizeram apenas o curso médio e 75 deixaram o estabelecimento logo após o curso elementar (BRASIL-RMAIC, 1923, p.68).

Ao que parece, a maior parte daqueles que procuravam os Aprendizados Agrícolas tinham como objetivo aprender os rudimentos da leitura, da escrita e das operações matemáticas básicas, não havendo uma preocupação com a aprendizagem de novas técnicas agrícolas, ou seja, buscavam as instituições por seu curso primário, que era auxiliar à formação pretendida.

Dessa forma, todos os Aprendizados Agrícolas procuravam desenvolver atividades de prática agrícola para aqueles alunos que frequentavam os cursos primários. Tomando como exemplo novamente o AA de Satuba, este procedia da seguinte forma:

O ensino prático é ministrado diariamente, durante cinco horas, não só nas oficinas, como em trabalhos de lavoura, fruticultura, horticultura, jardinagem, etc. Desta maneira, ainda que não completem o curso regular do Aprendizado, ficam os educandos habilitados a executar diversos trabalhos agrícolas (BRASIL-RMAIC, 1923, p. 68).

A essa problemática somava-se a baixa frequência dos alunos; ou seja, dos alunos matriculados, de 10% a 20% tinham frequência insatisfatória, levando muitas vezes à exclusão destes. Isto se verificava, sobretudo, naqueles estabelecimentos que utilizavam regime de externato, fazendo com que os alunos se deslocassem diariamente de casa para a escola.

Além do regime de externato, alguns Aprendizados se organizavam sob o regime de internato e outras sob o regime misto, ou seja, possuíam alunos matriculados no regime de externato e internato.

A organização do ensino e o quantitativo de alunos dos Aprendizados

A estrutura física e organizacional variava conforme a localização e capacidade dos estabelecimentos. As instituições funcionavam sob três tipos de regime: internato, externato e misto. Nas escolas que adotaram o regime de internato a frequência mantinha-se estável, não havendo muita evasão; neste caso, o que ocorria eram desligamentos, pois muitos dos alunos não se adaptavam ao regime de internato, que tinha a marca do disciplinamento corporal, que passava por um controle “total” do tempo e dos espaços. Desta forma, os alunos tinham horário para acordar, para dormir, para frequentar cada espaço do estabelecimento em função do cronograma de atividades e, ainda, todos os cuidados com a higiene do estabelecimento e com o corpo para dificultar o aparecimento e transmissão de doenças infecto-contagiosas.

Os cuidados com a higiene do estabelecimento e dos próprios alunos eram fundamentais para que as moléstias não proliferassem nos Aprendizados, principalmente naqueles que tinham grande quantidade de internos e, também, nos que se situavam em regiões onde o acúmulo de água facilitava o aparecimento de doenças, como o impaludismo. Nos AAs de Juazeiro, Acre e Satuba, por exemplo, por situar-se em regiões sujeitas a cheias, zonas alagadiças, eram comuns os casos de impaludismo. No AA de Juazeiro, em 1919, foram inúmeros os casos desta doença devido ao alagamento de várias áreas em função da cheia do rio São Francisco. No AA de Satuba, em 1920, foram registrados cinco casos de impaludismo, fato também observado no AA do Acre no ano de 1928. Devido ao tratamento adotado nas instituições, que contavam com enfermarias e médicos que prestavam atendimento a toda a comunidade dos estabelecimentos, apenas um caso de morte foi registrado entre 1910 e 1934, tendo ocorrido no AA de Juazeiro.

O mais comum, no entanto, com relação a doenças eram os surtos gripais, que, quando mal acompanhados, agravavam-se para um quadro de pneumonia, como ocorrido no AA de Barbacena, no ano de 1919. Os surtos gripais também atrapalhavam o encaminhamento do ano letivo, chegando, inclusive, a adiar os exames, como ocorrido em 1926, no AA de Juazeiro, quando 20 alunos ficaram enfermos às vésperas das avaliações finais.

Outras doenças também atrapalhavam o andamento do ano letivo, como a varíola, que, em 1926, retardou o início das aulas no AA de Juazeiro em cinco meses. Tal fato fez com que alguns estabelecimentos realizassem vacinação contra varíola nos seus alunos, a exemplo do AA de Barbacena, no ano de 1929, quando o médico da instituição, Tyndaro G. Freire d’Aguiar, aplicou a vacinação “Jenneriana”¹ nos 150 alunos internos.

¹ “A vacina antivariólica, surgida em fins do século XVIII (1797), resultou da observação de Jenner quanto ao fenômeno de ‘proteção’ contra a varíola, adquirida por algumas pessoas ao entrarem em contato com uma doença similar que acometia os bovinos, conhecida como *cow-pox* (pústula da vaca). [...] A partir da pústula desenvolvida na vaca, Jenner obteve um produto que passou a denominar vacina (‘da vaca’) que, ao ser inoculado no homem, fazia surgir, no local das inoculações, erupções semelhantes à varíola. Dessas erupções era retirada a “linfa” ou “pus variólico”, utilizado para novas inoculações. Formava-se assim uma cadeia de imunização entre homens, funcionando o *cow-pox* da vaca como um primeiro agente imunizador, e o homem como produtor e difusor da vacina. Essa vacina ficou conhecida como ‘vacina jenneriana’ ou ‘humanizada’” (FERNANDES, 1999, p. 30-31).

A opção pela adoção dos regimes de internato, semi-internato e externato variava, levando-se em consideração a localização dos estabelecimentos e as condições de acomodação destes. Assim sendo, o AA de Satuba, por situar-se em uma região longe de centros populosos e com pouca população infantil no entorno, optava pelo regime de internato.

O mesmo pode ser dito do AA do Acre, ressaltando-se a importância de um ensino profissionalizante para as crianças da região:

É o Aprendizado o único estabelecimento de ensino profissional que existe no Território e por isso está destinado a prestar reais serviços às populações das pequenas e grandes propriedades agrícolas circunvizinhas, facilitando o internato a educação de elevado número de crianças daquelas regiões, hoje completamente privadas da mais rudimentar instrução (BRASIL-RMAIC, 1927, p. 39).

No caso do AA de Barbacena, a opção pelo regime de internato se deveu à diminuição no número de matrículas observada ao longo de quatro anos de funcionamento, tanto que no relatório ministerial de 1914 há a seguinte conclusão:

A freqüência de alunos foi assaz diminuta no primeiro semestre, fato esse atribuído a duas causas: escassez de matrículas em 1914 e adoção do regime de semi-internato, redundando em retrocesso de prosperidade que o estabelecimento lograra alcançar (BRASIL-RMAIC, 1916, p. 16).

O internato criado, inicialmente, como uma experiência comportou 20 alunos, e dada a procura, foi aumentado anualmente para 40, 80, 100 e finalmente 150 alunos, número considerado o máximo que o estabelecimento poderia suportar.

A maior procura pelo regime de internato, como assevera Joaquim Tavares da Conceição (2012), deve-se à característica da clientela atendida pelos estabelecimentos, principalmente a condição socioeconômica; ou seja, diante da condição de pobreza, a possibilidade de se ter comida, roupa, um local para dormir, atraía a atenção de muitos pais de alunos. No AA de Barbacena, por exemplo, aguardavam vaga para matricularem-se na instituição em regime de internato 99 alunos, dos quais 20 eram filhos de agricultores ou profissionais da indústria agrícola, 27 órfãos e 52 de diferentes condições não mencionadas (BRASIL-RMAIC, 1929).

Entretanto, a maioria dos Aprendizados Agrícolas criados entre 1910 e 1934 adotou o regime misto, isto é, internato e externato. Nesses estabelecimentos, a proporção de internos em relação aos externos oscilava de dois para um, como no caso do AA de São Luiz das Missões, chegando a mais de 10 para um, tendo como exemplo o AA da Bahia (BRASIL-RMAIC, 1913-1931).

A hegemonia do regime misto, ao que parece, decorria muitas vezes da falta de estrutura das instituições para receber um maior número de internos, como no caso do AA da Bahia, que funcionava no mesmo prédio da Escola Agrícola da Bahia. Desta forma, o número de matrícula foi invariavelmente baixo, à exceção do AA de Barbacena, como se pode verificar no quadro a seguir.

Quadro 2 - Número de alunos por estabelecimento entre 1912 e 1931

Ano	Regime	Aprendizados									Total
		Barbacena	SLMissões	Bahia/ Barreiras	S.Simão	Tubarão	Guimarães	Juazeiro	Satuba	Igarané-acu	
1912	Internato	---	20	43	---	---	---	---	---	---	63
	Externato	---	12	---	---	---	---	---	---	---	12
1913	Internato	---	22	26	---	---	---	---	---	---	48
	Externato	122	10	6	---	---	---	56	---	---	194
1914	Internato	---	22	24	---	---	---	---	---	---	46
	Externato	118	12	8	---	---	---	62	---	---	200
1915	Internato	---	23	30	---	---	---	22	---	---	75
	Externato	50	6	10	---	---	---	---	---	---	66
1916	Internato	---	21	30	---	---	---	38	---	---	89
	Externato	50	5	10	---	---	---	---	---	---	65
1917	Internato	63	20	37	---	---	---	50	---	---	170
	Externato	---	37	3	---	---	---	10	---	---	50
1919	Internato	100	---	41	---	---	85	50	---	---	276
	Externato	22	---	3	---	---	---	1	---	---	26
1920	Internato	100	28	---	---	---	100	50	---	---	278
	Externato	43	10	---	---	---	18	---	---	---	71
1922	Internato	100	25	40	---	---	64	50	---	---	279
	Externato	8	21	6	---	---	22	---	---	---	57
1923	Internato	150	26	40	---	---	55	45	---	---	316
	Externato	48	29	6	---	---	27	---	---	---	110
1924	Internato	150	35	40	---	---	62	50	---	---	337
	Externato	10	29	7	---	---	22	---	---	---	68
1925	Internato	150		36	---	---	73	50	---	---	309
	Externato	13		7	---	---	---	---	---	---	20
1926	Internato	150		36	---	---	61	50	---	---	297
	Externato	12		---	---	---	5	---	---	---	17
1927	Internato	150		---	---	---	54		---	26	230
	Externato	26		---	---	---	2		---	---	28
1928	Internato	150		50	---	---	50		---	50	300
	Externato	19		29	---	---	---		---	3	51
1929	Internato	150		---	---	---	49		---	---	199
	Externato	19		---	---	---	---		---	---	19
1930	Internato	150		---	---	---	---		---	---	150
	Externato	22		---	---	---	---		---	---	22
1931	Internato	150		51	---	---	---		50	251	
	Externato	---		7	---	---	---		11	18	

Fonte: BRASIL-RMAIC, 1912-1931.

De acordo com esse quadro, mesmo os Aprendizados que optaram pelo regime de internato procuravam aceitar alunos externos devido à demanda de matrículas, que era superior à capacidade do internato. Tanto é assim, que em relatório ministerial do ano de 1916 ressalta-se que esperavam matrícula no AA da Bahia 16 alunos, que não haviam sido contemplados devido à inexistência de vagas. O mesmo ocorreu no AA de Barbacena, quando 108 alunos pleitearam matrícula, sendo contemplados 67, deixando 41 alunos de fora por falta de vagas.

Alguns estabelecimentos, como os AAs de Juazeiro e do Acre, vinculavam a recusa de matrículas a um dispositivo legal contido na lei 8.319, que criou os Aprendizados Agrícolas Federais, onde se instituiu o número máximo de 50 alunos no regime de internato. Diante deste impeditivo legal, tanto o AA de Juazeiro quanto o AA do Acre solicitavam um acréscimo no número de internos, assim como havia sido permitido para o AA de Barbacena.

Já no AA de Barreiras, além do aspecto legal, chamava atenção a falta de condições estruturais para o recebimento de um número maior de alunos:

Faz-se, entretanto, sentir cada vez mais a falta de um edifício apropriado à instalação de um internato modelar, pois continuam a ser em grande número os pedidos de admissão de alunos, não só de Estado da Bahia, mas também do de Goiás (BRASIL-RMAIC, 1927, p. 46).

Mesmo com os problemas legais e estruturais, o número de alunos internos, à exceção dos anos 1913 e 1914, foi sempre superior ao número de externos. Entretanto, o AA de São Luiz das Missões destoava dos demais, havendo quase a mesma quantidade de internos em relação aos externos. Isto talvez se devesse ao fato de a instituição localizar-se dentro de uma área muito habitada, o que facilitava o deslocamento diário de seus alunos, não havendo grande necessidade da adoção do regime de internato.

Todavia, mesmo o AA de São Luiz das Missões situando-se em uma área prodigiosa no tocante à possibilidade de manutenção do regime de externato, ressentia-se, também, de maior número de vagas para acomodar um número maior de alunos internos; tanto que no relatório ministerial de 1914 encontra-se a seguinte colocação:

Matricularam-se, durante o ano passado, nos cursos do Aprendizado, 34 alunos, 22 internos e 12 externos, não sendo possível admitir maior número de internos, apesar da solicitação de muitos candidatos, por falta absoluta de acomodações (BRASIL-RMAIC, 1914, p. 12).

Merce destaque, com relação ao número de externos, o AA de Juazeiro que manteve, entre 1920 e 1924, uma média de 22 alunos neste regime. Destes, muitos eram mulheres, sendo o único estabelecimento dessa natureza que manteve um ensino baseado na coeducação e com internato para ambos os sexos. Chama atenção o fato do AA de Juazeiro utilizar-se do ensino baseado na coeducação, pois eram grandes os debates, mesmo nos centros urbanos, sobre os benefícios e malefícios de se colocar homens e mulheres estudando na mesma sala, principalmente quando se tratava de adolescentes, como era o caso dos Aprendizados.

Figura 1 – Meninos e meninas em atividade cívica no AA de Juazeiro

Fonte: IGHB, 1920.

Nessa figura percebe-se que aos homens era dada uma posição de destaque, ficando no primeiro plano, inclusive com a centralização na figura do instrutor militar, enquanto as mulheres, secundarizadas na imagem, estavam acompanhadas de uma professora.

A coeducação foi um tema muito debatido ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, por acreditar-se que os objetivos do ensino para a mulher diferiam dos objetivos do ensino destinado aos homens, isto é, para elas deveriam ser enfatizados elementos que a transformassem numa boa dona de casa, mãe e esposa, o que pode ser encontrado no pensamento de intelectuais que refletiram sobre a educação, como Rui Barbosa. Contudo, segundo o regulamento dos Aprendizados, a coeducação somente ocorreria no ensino primário, porém no curso profissionalizante, homens e mulheres seriam preparados distintamente, ficando para elas o aprendizado nas indústrias agrícolas.

A experiência do AA de Juazeiro, pelo visto, não durou muitos anos; é tanto que após 1924 não são encontradas referências sobre a presença feminina no estabelecimento. Todavia, cabe destacar que nos seis anos em que foi possível verificar a presença de mulheres no estabelecimento, o número manteve-se próximo ao de homens.

Quadro 3 - Número de mulheres e homens matriculados no AA de Juazeiro entre 1919 e 1924

Ano	Regime	Nº de mulheres	Nº de homens	Total
1919	Internato	35	50	85
	Externato	----	----	----
1920	Internato	50	50	100
	Externato	18	----	18
1922	Internato	34	30	64
	Externato	10	12	22
1923	Internato	24	31	55
	Externato	12	15	27
1924	Internato	15	47	62
	Externato	14	8	22

Fonte: BRASIL-RMAIC, 1919, 1920, 1922, 1923, 1924.

De acordo com o quadro anteriormente exposto, em números absolutos, o AA de Juazeiro teve 212 mulheres e 243 homens matriculados entre 1919 e 1924, números que, em termos percentuais, correspondem, respectivamente, a 46,59% (feminino) e 53,41% (masculino). Diante de tais números, percebe-se que era reservada aproximadamente a mesma quantidade de vagas para homens e mulheres.

Causa mais espanto ainda o fato de o AA de Juazeiro manter internato feminino e masculino, o que não era comum para a época. Tanto que as instituições que mantinham internato no início do século XX atendiam apenas a um dos sexos, como os Asilos de Menores, específicos para cada gênero, os Institutos profissionais, os Patronatos Agrícolas, as Casas de Educandos e Artífices, as Escolas de Aprendizes de Marinheiros, dentre outras.

No que tange a instituições de ensino agrícola federal, a adoção do internato para ambos os sexos somente ocorrerá na segunda metade do século XX, como no caso da Escola Agrícola Benjamin Constant², no estado de Sergipe, que somente adotou o internato feminino do ano de 1964 (CONCEIÇÃO, 2007; NASCIMENTO, 2003).

Retomando a análise do quadro 2, cabe ressaltar que, nos anos de 1913 e 1914, quando se observa um contingente bastante significativo de alunos externos, os AAs de Barbacena e Satuba mantinham em funcionamento cursos noturnos voltados, principalmente, para adultos que já trabalhassem no meio rural; de sorte que o AA de Barbacena manteve uma turma, nesses dois anos, de 41 alunos. Já o AA de Satuba iniciou suas atividades, exclusivamente com o curso noturno, contando, em 1913, com 56 alunos, sendo 35 operários rurais do próprio estabelecimento e 21 de propriedades circunvizinhas. Este número ascendeu para 62 em 1914, embora a frequência média tenha sido apenas 31 alunos, isto é, 50% do total de matriculados.

Além dos AAs de Barbacena e Satuba, o de Guimarães também manteve em sua breve existência (1912-1915) curso noturno para adultos; contudo não foi possível encontrar referências com relação à quantidade de alunos que comportou. Esse curso, previsto no regulamento geral dos Aprendizados Agrícolas, buscava qualificar a mão de obra da região em que se encontrava a instituição. Entretanto, por ser um curso noturno, os alunos não executavam atividades de prática agrícola. O que se queria era passar-lhes preceitos básicos de como se trabalhar a terra de forma mais racional, somando-se a isso a necessidade de se alfabetizar tal massa de trabalhadores.

Como visto em relação ao AA de Satuba, os cursos noturnos para adultos serviam, também, para formar a própria mão de obra que trabalhava nos Aprendizados, pois estes serviriam de exemplo para os alunos mais jovens, principal clientela dessas instituições. Desta forma, o aluno ao deparar-se diariamente com trabalhadores alfabetizados e que se utilizavam de procedimentos técnico-científicos para trabalhar a terra, desenvolveria, por meio da observação e do exemplo, a mesma necessidade.

A Estrutura de ensino dos Aprendizados Agrícolas

A pedagogia adotada nos Aprendizados, como dito anteriormente, baseava-se no princípio do “fazer para aprender”, refletindo uma proposta prática, ativa e moderna para o contexto da época. Apesar de ser o ensino profissional “carro-chefe” dos Aprendizados, a maior parte dos alunos estava matriculada no curso primário, também chamado em alguns estabelecimentos, como no caso do AA de Barbacena, de curso de adaptação. No ano de 1923,

² A Escola Agrícola Benjamin Constant foi criada no ano de 1924, pelo presidente do estado de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, como Patronato Agrícola, sendo federalizada e transformada em Aprendizado Agrícola no ano de 1934, passando por várias denominações e alterações em sua estrutura administrativo-pedagógica ao longo dos anos, até ser transformada, no ano de 2008, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus São Cristóvão. Entretanto, ao longo de toda essa “jornada” manteve o seu internato, sendo uma das únicas instituições agrícolas no país a manter internato para ambos os sexos.

quando os AAs tiveram o maior número absoluto de alunos, num total de 426, aproximadamente 376 encontravam-se matriculados no ensino primário, ou seja, mais de 88% do número total de matriculados. Isto demonstra que a maior parcela dos alunos que chegavam aos Aprendizados não era alfabetizada.

O curso primário era ministrado tendo em vista o ensino regular (profissional); isto é, o professor buscava, ao ensinar os conteúdos, atrelar a conhecimentos necessários a prática agrícola. Desta forma, procurava-se aproximar os conteúdos ao cotidiano dos alunos.

As disciplinas trabalhadas no primeiro e segundo anos do curso de adaptação, tomando como exemplo o AA de Barbacena, eram português, aritmética, geografia e geometria. Já no terceiro ano, o número de disciplinas sofria um acréscimo sensível, com a inserção da Chorografia do Brasil, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geografia Econômica, Noções de Química, Noções de Física, Noções de Zoologia e Noções de Botânica.

No último ano, os alunos já iriam se ambientando com disciplinas que seriam fundamentais no curso regular, como Física, Química, Botânica e Zoologia. Ao contrário do que poderia se pensar, mesmo com o acréscimo substancial de disciplinas e a complexificação das atividades, o terceiro ano não contava com o maior número de reprovações. O maior número de reprovados estava no primeiro e segundo anos. No ano de 1927, por exemplo, dos sete alunos que se submeteram a exame no primeiro ano do curso primário do AA de Barbacena, três foram reprovados; no segundo ano, dos 36 inscritos, 23 reprovaram, enquanto no terceiro ano foram sete reprovados, num total de 24 alunos.

Diferentemente do que ocorria no AA de Barbacena, o curso primário do AA de São Luiz das Missões, no nível superior (terceiro ano) em substituição à geometria, entrava a disciplina desenho, e já no nível médio (segundo ano) os alunos cursavam as disciplinas História do Brasil, Botânica e Cosmografia. Apesar de algumas diferenças na organização curricular do curso primário, todos os Aprendizados eram idênticos num ponto: a escassez de alunos no curso regular (profissional).

Em virtude da baixa frequência nos cursos regulares dos Aprendizados, fosse em função da baixa escolarização da clientela ou do número de reprovações e desistências no curso primário, todos os Aprendizados colocavam os alunos em ocupações ligadas às atividades produtivas (oficinas, práticas agrícolas, indústrias rurais, etc.) dos estabelecimentos, independentemente de frequentarem ou não o curso profissionalizante.

Dessa forma, os alunos que se encontravam no curso primário participavam de mais trabalhos práticos do que os do curso regular. No caso do AA de Barbacena, em 1915, a quantidade de trabalhos práticos executados pelos alunos do curso primário foi muito maior do que os do curso regular:

Quadro 4 - Trabalhos práticos realizados pelos alunos do AA de Barbacena em 1915

Mês	Curso Regular	Curso Primário	Total
Janeiro	10	26	36
Fevereiro	6	21	27
Março	4	19	23
Abril	4	20	24
Maio	4	17	21
Julho	7	9	16
Agosto	7	18	25
Setembro	6	21	27
Outubro	6	21	27
Novembro	6	19	25
Dezembro	6	18	24

Fonte: BRASIL-RMAIC, 1915, p. 8.

O fato de não haver registros no mês de junho é que nesse Aprendizado as férias ocorriam exatamente neste mês, havendo inclusive a realização dos exames para a mudança de série. Em outros Aprendizados, como o AA de Barreiras, as férias ocorriam entre julho e agosto, meses em que as lavouras da região se encontravam estacionárias. A não adoção de um calendário único, como dito anteriormente, atendia à legislação que criou os Aprendizados Agrícolas, no que dizia respeito a organizar as atividades dos estabelecimentos observando-se as peculiaridades regionais.

Ainda no tocante à participação dos alunos do curso primário em atividades práticas ligadas ao cotidiano do estabelecimento, o relatório ministerial de 1926 informa que no AA de Satuba adotava-se o seguinte:

Nos dias úteis os alunos tomaram parte, como de costume, em todos os trabalhos e serviços do estabelecimento, durante três horas pela manhã e duas à tarde, não só nas oficinas de ferraria, carpintaria e cerâmica, como na horta, pomar, jardim, viveiros de plantas, lavouras, beneficiamento dos produtos agrícolas, cozinha e asseio do edifício principal e suas dependências (BRASIL-RMAIC, 1926, p. 103).

Sendo assim, independentemente de estarem ou não no curso regular, os alunos tinham contato com as modernas técnicas agrícolas pela participação diária nas atividades de campo. Participavam, também, de todos os trabalhos vinculados ao cotidiano do estabelecimento, zelando pelo asseio, pela manutenção e pelos cuidados com a própria alimentação.

Tal procedimento adotado por todos os Aprendizados fazia com que os alunos que passavam pelas instituições incutissem, mesmo que de forma embrionária, o discurso do moderno em oposição ao tradicional e o do científico em oposição ao senso comum. Esta era mais uma marca do processo civilizatório impetrado nos Aprendizados Agrícolas que não somente buscava a mudança nos hábitos de se relacionar com a terra, ou seja, a forma de agir, mas também alterava a forma de pensar dos indivíduos, respondendo, no dizer elisiano (ELIAS, 1994), ao processo de psicogênese.

Os cuidados com o estabelecimento, com a higiene dos espaços e do próprio corpo, com a participação no preparo da própria alimentação, estavam de acordo com o pensamento pragmatista, sobretudo com um dos seus princípios basilares, que era o autogoverno. O mesmo pode ser dito da iniciativa de ceder lotes de terra para os alunos, a fim de que estes pudessem desenvolver as suas próprias culturas, convivendo com as dificuldades, superando-as a partir de sua própria iniciativa.

Para que os alunos pudessem desenvolver o autogoverno, era necessário dar-lhes o “ferramental”, ou seja, o conhecimento técnico-científico para que eles, através da prática de procedimentos racionais de trato com a terra, pudessem realizar as suas ações de forma “correta”. Desta forma, aos alunos não eram dados simplesmente os conceitos, mas sim se fazia com que aplicassem tais conceitos, seguindo a mesma lógica do pensamento pragmático-instrumentalista de Dewey, segundo o qual:

Para ser capaz de atribuir um significado aos conceitos, uma pessoa deve ser capaz de aplicá-los à existência. Ora, é por meio da ação que essa aplicação é tornada possível. E a modificação da existência que resulta dessa aplicação constitui o verdadeiro significado dos conceitos (DEWEY, 2008, p. 120).

Seguindo essa lógica, estando no curso primário ou no regular, a maior carga de atividades realizadas pelos alunos estava relacionada a práticas pedagógico-produtivas, nos trabalhos agrícolas, nas indústrias rurais, nas oficinas (ferraria, marcenaria, couro, etc.), na seção de zootecnia, dentre outras, ou seja, na execução de atividades técnico-agrícolas, sustentadas em conceitos estabelecidos pelas ciências agrícolas.

No tocante às atividades pedagógico-produtivas, destacavam-se a horticultura e a fruticultura. Na horticultura eram muitas as culturas desenvolvidas: ervilha, couve, repolho, feijão, espargos, beterraba, rabanete, cenoura, cebola, couve-flor, pimentão doce, alface, cebolinha, jiló, quiabo, berinjela, alho, alcachofra, almeirão, pimenta, aipo, tomate, acelga, pepino, mandioca, batata, batata-doce, dentre outras. Quase toda a produção proveniente da horticultura era consumida nas instituições, e raramente havia excedente para ser vendido. Desta forma, os alunos participavam da escolha das sementes, passando pelo preparo da terra, dos canteiros, da semeadura, pelos cuidados diários de capina, adubação, aplicação de remédios para erradicação de formigas, na colheita e, finalmente, no preparo dos alimentos para o próprio consumo.

Na fruticultura o trabalho não era muito diferente, acrescentando-se os cuidados com a poda das árvores, as técnicas de enxertia, a irrigação, a transplantação e controle de pragas próprias a cada tipo de cultura, com aplicação de fungicidas, formicidas e adubos químicos, visando a uma maior produtividade. Com relação aos tipos de frutíferas plantadas pelos Aprendizados, eram de grande variedade: mangueiras, cajueiros, amendoeiras, laranjeiras, ameixeiras, dentre outras. Alguns Aprendizados destacavam-se devido à produtividade de algumas de suas frutíferas, a exemplo da banana no AA da Bahia e da uva nos AAs de Juazeiro e de Barbacena. Destacava-se ainda a produção de manga no AA de Juazeiro e de ameixa no AA de Barbacena.

Alguns AAs realizavam experiências, como no caso do AA da Bahia, que plantou, no ano de 1919, videiras e trigo, não obtendo qualquer resultado; ou seja, não houve produção, isto, segundo o responsável, devido ao clima e ao solo no caso da videira e à má qualidade da semente em relação ao trigo. Assim como o seu congênere baiano, o AA de Barbacena também realizou experiências que não foram bem sucedidas, como a importação de frutíferas dos Estados Unidos que tiveram dificuldades de aclimatação. Outro Aprendizado, o de Juazeiro, não obteve resultados positivos com as culturas da cana-de-açúcar e a amoreira. Estas experiências eram realizadas em áreas pequenas, buscando verificar a capacidade de adaptação daquela cultura ao clima e ao solo da região.

Merce destaque o fato de o AA de Juazeiro tentar implementar uma cultura típica de regiões com climas mais frios, a da amoreira, que tinha por intuito não a produção de amoras, mas sim a utilização das folhas desta frutífera para alimentar o bicho-da-seda(*bombyxmori*), vislumbrando o desenvolvimento da sericultura no estabelecimento.

Outra prática agrícola bastante executada nos estabelecimentos era a jardinocultura. Nesta se produziam flores e plantas ornamentais que serviam para embelezar os Aprendizados e produziam-se mudas e sementes para serem distribuídas aos agricultores da região. Os serviços de jardinagem em alguns Aprendizados mereceram especial atenção. Desta forma, o AA de Barbacena, na sua fase de constituição, contou com o auxílio do paisagista belga Arsene Putmans para a preparação dos seus jardins, que serviriam tanto como espaço para o aprendizado agrícola quanto para os momentos de recreio. Nesta mesma direção, o relatório ministerial de 1929 informava que no AA de Barreiras,

O jardim do Aprendizado vai sendo completamente reformado e ampliado pelo aditamento de um parque, estilo holandês, onde os alunos encontrarão conforto, recreio e, sobretudo, ensejo para o exercício de jardinagem e arboricultura (BRASIL-RMAIC, 1929, p. 35).

Esse talvez fosse um dos únicos espaços dos Aprendizados que serviram tanto para a formação técnico-profissional quanto para o lazer dos alunos. Constituía-se, ainda, como um “cartão de visita” dos estabelecimentos, pois se situava à frente do prédio central, recebendo, desta forma, cuidados especiais para causar “boa impressão” àqueles que visitavam os Aprendizados.

Tanto era assim, que mesmo a enchente de 1926 tendo destruído boa parte das culturas do AA de Juazeiro, a qual deixou o pomar em péssima situação, asseverava o relatório ministerial de 1927 que os jardins se encontravam em excelente estado:

Apresentam, ao contrário, os jardins do Aprendizado, excelente aspecto, sendo aproveitados nos trabalhos de enxertia, limpeza, poda e asseio das plantas e canteiros os próprios alunos sob a direção de um dos funcionários do estabelecimento. É grande a colheita de rosas, dália e outras flores finas, cujas mudas são muito procuradas pelos habitantes da cidade (BRASIL-RMAIC, 1927, p. 43).

Os trabalhos de jardinocultura não eram dos principais realizados nos Aprendizados, os quais tinham uma função mais estética do que de formação profissional; contudo eram fundamentais para difundir a “boa imagem” das instituições. E, ainda, no caso do AA de Barbacena, era grande o número de cultivadores de rosas na região, tanto que atualmente o município é conhecido como “cidade das rosas”. Neste sentido, dentre os Aprendizados, o de Barbacena destacava-se no cultivo de diferentes espécies de flores e plantas ornamentais, tais como cravos, rosas, estrela do norte, violeta, angélica, palmas, crisântemo, dália, dentre outras.

Somados à diversificação de atividades agrícolas realizadas na horticultura, fruticultura e jardinocultura, havia aquelas destinadas a proporcionar renda aos Aprendizados. Desta forma, o Aprendizado da Bahia realizava experiências com o fumo a fim de verificar qual variedade proporcionaria maior rentabilidade. Para tanto, foram escolhidas dois tipos: o fumo baiano (*nicotianamacrophylla*) e o fumo cubano (*nicotianatabacum*), colocando-se os alunos para executar tal tarefa:

Para que os alunos tivessem uma idéia exata da melhor variedade de fumo e pudessem, assim, preferi-la em caso de exploração industrial, tiveram distribuição por turmas os serviços de corte, pesada e tratamento das folhas colhidas (BRASIL-RMAIC, 1922, p. 44).

Após a realização dessa atividade, os alunos aprenderam, através de sua própria experiência, seguindo os preceitos do método intuitivo, que o fumo baiano possuía, aproximadamente, 36,95% a mais em peso de matéria-prima pronta para consumo do que o fumo cubano, com igual número de plantas e menor quantidade de folhas, o que revelava a melhor qualidade do produto.

O AA de Satuba cultivava diversos tipos de cana-de-açúcar, buscando verificar aquelas que melhor se adaptavam ao solo da região e, também, que produzissem a maior quantidade de sacarose. Outros Aprendizados, o de Barbacena e o de Juazeiro, envidavam esforços para o desenvolvimento da viticultura. Nesta direção, o AA de Juazeiro buscava adaptar as técnicas agrícolas conhecidas às peculiaridades de solo e clima da região:

O vinhedo continua a ser desenvolvido, adotando-se o sistema de latadas³ como mais conveniente meio; assim se modificam os efeitos prejudiciais da irradiação, quase ininterrupta, e se consegue reter melhor a umidade do solo (BRASIL-RMAIC, 1927, p. 43).

A despeito das diferenças nos tipos de culturas desenvolvidas, os Aprendizados tinham, em comum, problemas com abastecimento de água, sendo que cada um resolvia a seu modo, contando com a participação dos alunos na manutenção do sistema de abastecimento, principalmente naquele que era utilizado para irrigar as plantações.

O AA de Satuba, por exemplo, no ano de 1913, perfurou dois poços artesianos e cacimbas, para captar a água que seria utilizada no abastecimento da instituição e na irrigação sistemática das culturas (BRASIL-RMAIC, 1913). O AA de Guimarães, no mesmo ano, procedeu da seguinte forma:

A água destinada ao abastecimento do Aprendizado e a irrigação das culturas será fornecida por uma bomba de alta pressão, com a capacidade de 500 litros por hora, montada à margem do riacho Capitua, e por um moinho de vento, à margem do riacho Paquetá, tendo-se adquirido todo o material necessário a essas instalações (BRASIL-RMAIC, 1913, p. 18).

No caso do AA de São Luiz das Missões, a resolução do problema passou pela construção de um algibe⁴, com capacidade superior a 150 pipas, a fim de servir de reservatório para as águas da chuva. O AA de Barbacena instalou uma caixa d’água de 42.000 litros somente para irrigar os gramados do parque que circundavam os edifícios da instituição. Já no AA de Juazeiro a solução obtida causava um grande dispêndio financeiro para a instituição:

O problema da irrigação constitui não pequena preocupação para a diretoria do Aprendizado, pois a conservação dos pomares, vinhedo, etc., depende da água, que se transporta de uma distância de quase 600 metros, gastando-se como combustível, diariamente, dois metros cúbicos de lenha verde, que, a 6\$ cada um, elevam sobremaneira a despesa (BRASIL-RMAIC, 1924, p. 212-213).

Para auxiliar na montagem e manutenção da irrigação das culturas dos Aprendizados, havia a participação direta dos alunos, sobretudo dos que faziam parte do curso regular. Eles ainda realizavam serviços de drenagem e de levantamento topográfico com o intuito de preparar a terra para receber as diferentes culturas.

Outra tarefa realizada pelos alunos que tinham como intuito auxiliar o desenvolvimento das atividades agrícolas dos Aprendizados era o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nos postos meteorológicos localizados em alguns desses estabelecimentos. O AA de Satuba, por exemplo, desde 1913, possuía uma instalação desse tipo, estando de acordo com as instruções da Diretoria de Meteorologia e Astronomia. Um ano antes da instituição alagoana, o AA de Barbacena criou este serviço:

³ O sistema de condução latada é também chamado de pérgola e caramanchão, sendo o mais popular no Brasil, onde as plantas unem seus galhos e a plantaçāo parece um conjunto de latas. O dossel vegetativo é horizontal, e a poda seca é mista ou em cordão esporonado. A zona de produção da uva situa-se a aproximadamente 1,80 metro do solo. (disponível em <www.cnpuv.embrapa.br>, acesso em 02 de fev. 2024).

⁴ Algibe, reservatório de água proveniente da chuva ou derivada de algum rio; cisterna; arca de água (disponível em <<http://michaelis.uol.com.br>>, acesso em 02 de fev. 2024).

A estação meteorológica, instalada em abril de 1912, iniciou os seus trabalhos em julho do mesmo ano sem interrupção, notando-se muita pontualidade e exatidão nas observações realizadas, cujos resumos, além de divulgados ali, são mensalmente enviados à Diretoria de Meteorologia (BRASIL-RMAIC, 1914, p. 11).

Outros estabelecimentos, como o AA de São Luiz das Missões, utilizavam-se de trabalhos desenvolvidos por outras instituições, neste caso específico da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Contudo, no ano de 1916, o relatório ministerial chamava atenção para a falta de um posto meteorológico na sede da instituição, o que dificultava o andamento das experiências agrícolas.

A função do posto meteorológico era analisar a precipitação (índice pluviométrico), a temperatura e insolação. A partir de 1920, alguns postos meteorológicos começaram a medir a velocidade do vento, a umidade relativa do ar e a pressão atmosférica. Todos estes acompanhamentos eram fundamentais para se saber a melhor época de se plantar determinada cultura e a possibilidade de aclimatação de outras.

Ao terem contato com os trabalhos dos postos meteorológicos, os alunos compreenderiam a importância de utilizar os conhecimentos científicos para se obterem os melhores resultados possíveis nas suas plantações. Desta forma, o dia certo para plantar e colher deixaria de ser um ato baseado nas tradições religiosas, como a plantação de milho no dia de São José, para ser um ato racional, científico.

Outros espaços importantes no trabalho de introdução do discurso científico nos alunos eram os laboratórios de química e física, onde se procedia a diversos trabalhos práticos voltados para o melhor desenvolvimento das atividades agrícolas. Contudo, apesar de obrigatório pela lei que criou os Aprendizados, algumas instituições não dispunham de tais espaços; eram os casos do AA de São Luiz das Missões e do AA do Acre. Neste último, o responsável pela instituição asseverava que: “a falta de gabinetes de física e química, devidamente instalados, dificulta muito aos professores as suas exposições, que, sem a demonstração prática, não podem dar resultados aproveitáveis” (BRASIL-RMAIC, 1927, p. 40).

Essa situação prejudicava o desenvolvimento e a aplicação do método intuitivo, isto é, do aprendizado pela experiência, pela ação, através das coisas e não sobre as coisas. Outros espaços que contribuíam para tal direcionamento eram os museus agrícolas, que subsidiavam as aulas de história natural e botânica, apenas para citar alguns exemplos.

Alguns estabelecimentos também não dispunham de tais estruturas, mas mesmo assim tentavam preencher esta lacuna explorando a área do próprio Aprendizado e do seu entorno. O AA do Acre, por exemplo, apesar de não possuir um museu agrícola, buscava utilizar sua área para efetuar a demonstração aos seus alunos, utilizando-se do método intuitivo e da lição de coisas para buscar os melhores resultados no tocante à aprendizagem dos alunos. Neste sentido, as aulas desse Aprendizado eram conduzidas da seguinte forma:

As de história natural, principalmente botânica, foram bem assimiladas, pela facilidade do ensino intuitivo, feito no próprio campo e nas matas do Aprendizado. As de lição de coisas foram dadas aos alunos do curso preparatório, visando sobretudo explicar-lhes os fenômenos meteorológicos e o que mais se relaciona com a agricultura em geral e com o meio agrícola do Acre em particular (BRASIL-RMAIC, 1927, p. 40).

Essa forma de conduzir as aulas, com a adoção do método intuitivo e de sua forma vulgarizada, as lições de coisas, não era um privilégio do AA do Acre. Nos relatórios ministeriais encontram-se várias passagens sobre a utilização do ensino intuitivo nas outras

instituições congêneres, demonstrando que, com relação ao método de ensino, tais instituições seguiam o que de mais moderno era utilizado nos centros urbanos, principalmente nos Grupos Escolares. Diante disto, a ideia que se difundiu ao longo dos anos de um atraso do campo em relação aos centros urbanos, atraso que era, sobretudo, econômico, mas que passava também pela mentalidade, deve ser matizada, principalmente se observarmos os processos de ensino utilizados em ambos os espaços.

Outra seção em que havia bastante atividade era a de zootecnia, através da qual os alunos eram iniciados nas práticas adequadas de tratamento dos animais, zelando pela condição de higiene, pela alimentação, pelo controle de doenças e, principalmente, sobre a produção. Os animais serviam como alimento, de matéria-prima para a oficina de couro, de força motriz para a aragem da terra e para transporte de materiais e, sobretudo, para comercialização e melhoramento genético das raças da circunvizinhança.

Com relação ao objetivo de melhoramento das raças dos animais da região, merecem destaque os trabalhos desenvolvidos pelos AAs de Satuba e de São Luiz das Missões. Este último, no ano de 1917, relata:

O touro Red-Polled tem dado, com vacas de $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ sangue Zebu, produtos de fácil engorda, resistentes às enfermidades, ótimos para o trabalho e excelentes para leite, explicando-se assim sua fácil aceitação pelos criadores e a sua grande dispersão pelo município (BRASIL-RMAIC, 1917, p. 30).

Um animal com essas características, ou seja, alta produtividade leiteira, resistente às doenças e próprio para o trabalho, despertava grande interesse nos produtores locais, haja vista que eram comuns as enfermidades tornarem emprestáveis os animais, tanto para a produção quanto para o trabalho.

A suscetibilidade às doenças não atingia somente os bovinos; tanto é assim que são vários os registros nos Aprendizados de perda de suínos e aves devido ao acometimento de enfermidades. E esta era uma das principais atividades dos alunos, a de detectar animais com possíveis enfermidades, separando-os dos demais para que não comprometessem todo o rebanho.

Os Aprendizados dispunham de grande variedade de animais, fazendo com que os alunos mantivessem contato com produções que não eram comuns na região. Os reprodutores eram separados dos demais, servindo, como já dito, para melhorar a genética dos animais da região. No AA de São Luiz das Missões, no ano de 1917, havia seis animais para tal fim, sendo um garanhão, um jumento, dois touros e dois porcos.

Todos os Aprendizados possuíam animais para fins de reprodução, para trabalhos dentro do estabelecimento e para produção e consumo dos estabelecimentos. A seção zootécnica era formada, principalmente, por bovinos, equinos, asininos, ovinos, caprinos e galináceos. Contudo, alguns Aprendizados desenvolviam outras atividades, a exemplo dos de Barreiras e Satuba que criavam patos e pombos na parte destinada às aves. Este último estabelecimento dispunha da seção zootécnica mais desenvolvida, possuindo, no ano de 1923, um total de 248 animais:

No Aprendizado existem os seguintes animais: bovinos – 15 bois de tração, 17 vacas, um touro, um garrote, sete bezerros e 12 bezerras com $\frac{1}{4}$ de sangue da raça Schwitz, um touro, duas novilhas e uma vaca com $\frac{7}{8}$ de sangue da raça holandesa; eqüinos – um cavalo de tração, dois garanhões, sete éguas, seis potros com $\frac{1}{2}$ sangue da raça árabe, uma égua e nove potros com $\frac{1}{4}$ de sangue da mesma raça, um garanhão, três éguas e dois potros com $\frac{1}{2}$ sangue da raça Percheron, sete potros e uma potranca com $\frac{1}{4}$ de sangue da mesma raça; muares – um burro e duas mulas de tração; ovinos – três carneiros e 17

ovelhas, com ½ sangue da raça Romney-Marsh; aves – 67 galináceos das raças Orpington branca e amarela, Leghorn branca, Plymouth-Rock, carijó e RhodeIslandRed, três casais de marrecos Pekin e 55 casais de pombos (BRASIL-RMAIC, 1923, p. 68).

Algumas das atividades desenvolvidas na seção de zootecnia serviam de matéria-prima para outro importante componente da formação profissional dos Aprendizados: as indústrias-rurais. Um exemplo disto era a extração do leite, que servia tanto para o consumo interno, nas refeições dos estabelecimentos, quanto para a produção de queijo e manteiga, na seção de indústrias agrícolas.

Outra atividade desenvolvida na seção de zootecnia que contava com a participação direta dos alunos e que tinha sua produção totalmente voltada para as indústrias agrícolas era a apicultura. Neste sentido, merece destaque o AA de Satuba, que desenvolvia um trabalho sistemático, buscando uma maior produtividade da cultura apícola. Contudo, às vezes, deparava-se com problemas da própria natureza, como a concorrência entre diferentes tipos de abelhas:

A terrível inimiga natural das abelhas italianas, a abelha ‘Arapuá’ que, desde a instalação do apiário, vem perseguindo e consequentemente enfraquecendo as poucas famílias que restavam, destruiu por completo a última colheita, apesar dos cuidados dispensados ao apiário (BRASIL-RMAIC, 1926, p. 104).

Além da matéria-prima advinda da seção de zootecnia, as indústrias rurais utilizavam-se, principalmente, de produtos provenientes das atividades agrícolas. Os serviços mais executados nas indústrias rurais dos Aprendizados eram o de descasque do arroz, debulha do milho, descarçoamento do algodão e produção da farinha a partir da mandioca. O AA de Igarapé-açú, no ano de 1913, já possuía instalações para o beneficiamento de tais produtos. Estes serviços também eram muito requeridos pelos produtores locais, como visto anteriormente, gerando receita para as instituições.

Visando à comercialização dos gêneros produzidos nas indústrias rurais, algumas instituições, a exemplo do AA de Barreiras, distribuíam-nos gratuitamente a autoridades e comerciantes com o intuito de divulgarem e testarem a qualidade destes:

Está sendo estudada, com grande interesse, a possibilidade de venda dos produtos que o Aprendizado já fabrica, nas seções de indústria, como sejam: queijos do tipo Gouda, cavalo, Prato, Parmezon e mineiro; goiabada, marmelada, doces cristalizados, vinho e vinagre de uva. Todos estes produtos já se tem fabricado e distribuídos a comerciantes e pessoas gradas dos municípios de Barreiras, Angical, Barra e Juazeiro, os quais têm dirigido cartas-atestados à Diretoria, aconselhando a fabricação em quantidade comercial dos referidos produtos (BRASIL-RMAIC, 1931, p. 168).

No caso do AA de Barbacena, esse serviço consolidou-se ao longo dos anos, transformando-se numa das principais atividades pedagógico-produtivas do estabelecimento; ou seja, nesta instituição a indústria rural era tão importante quanto os trabalhos agrícolas na formação profissional prestada. Destaca-se, neste sentido, a fábrica de conservas, na qual os alunos produziam geleias de diversos sabores, compotas, doces, marmeladas e sucos. Toda a produção desta fábrica de conservas tinha como matéria-prima as frutas colhidas no próprio Aprendizado.

A participação dos alunos nas indústrias rurais era extremamente significativa, pois eles poderiam ter contato com a cadeia produtiva agrícola participando de quase todo o processo, pois aplicavam os insumos (calcário, herbicidas, fungicidas, adubos, máquinas, implementos agrícolas, tecnologias), desenvolviam o papel de agricultores (plantando e colhendo), processavam os produtos (pré-beneficiando, beneficiando ou transformando os produtos *in natura*) e comercializavam esses produtos diretamente aos consumidores ou a outros comerciantes. Desta feita, como assevera o relatório ministerial de 1920 sobre o AA de Barbacena, “(...) os produtos da fábrica elaborados com o auxílio e assistência dos alunos, constituem utilíssima aula prática para os alunos (...)” (BRASIL-RMAIC, 1920, p. 183).

Da estrutura de ensino dos Aprendizados Agrícolas, ressalta-se a integração das suas atividades, pois as oficinas desempenhavam seus serviços visando a melhorias na estrutura das instituições e para o desenvolvimento das atividades pedagógico-produtivas. As atividades agrícolas tinham por fim precípuo a formação profissional, funcionando como práticas pedagógico-produtivas, mas serviam, também, para abastecer as instituições com alimentos, tanto para as pessoas quanto para os animais; para a comercialização, transformando-se em renda e de matéria-prima para as indústrias rurais. O mesmo pode ser dito dos animais da seção de zootecnia. Já as indústrias rurais, utilizando-se da matéria-prima das atividades agrícolas e da seção zootécnica, agregavam valor a estas, servindo, igualmente, para comercialização e consumo interno dos alunos e servidores.

Além das atividades apresentadas os Aprendizados possuíam outras atividades formativas, com o ensino da educação física, exercícios militares e escotismo.

A formação moral e os cuidados com o corpo nos Aprendizados

Além das atividades desenvolvidas no ensino primário e no curso regular que envolviam práticas de agricultura, zootecnia e indústrias rurais, os Aprendizados contavam com aulas de ginástica e exercícios militares. Nos relatórios, porém, não foi encontrada qualquer referência ao tipo de ginástica praticada e sobre quais tipos de atividades eram realizadas nos exercícios militares. No entanto, é possível inferir, a partir de outros trabalhos (VAGO, 2002; NERY, 2006; SANTANA, 2008), que o método ginástico mais utilizado durante as três primeiras décadas do século XX era o sueco, que consistia em movimentos simples ou compostos de tronco, membros e cabeça, buscando tornar o corpo flexível, corrigindo seus defeitos posturais, aumentando a força e a resistência, além de educar os órgãos responsáveis pela circulação e a respiração. Segundo Moreno (2003, p. 58), a finalidade do método sueco era “desenvolver a saúde, transformar o corpo humano num instrumento dócil e corajoso, sempre à disposição da vontade moral”.

Outro indício que leva a crer que o método utilizado era o sueco deve-se ao fato de que as únicas imagens encontradas dessa atividade em um Aprendizado referem-se ao estabelecimento de Juazeiro, no qual homens e mulheres, em turnos diferentes, participavam das aulas de ginástica sueca.

Figura 2 – Meninas em aula de Ginástica Sueca no AA de Juazeiro



Fonte: IGHB, 1920.

Quanto aos exercícios militares, estes se caracterizavam por evoluções, marchas e formações, trazendo para dentro dos Aprendizados o símbolo da disciplina, do ordenamento, respeito à hierarquia, dentre outros valores da instituição militar. Cabe lembrar que essa era uma atividade comum em colégios internos que atendiam a uma clientela marcadamente masculina. Merece ressalvas, ainda, o fato de que num primeiro momento foram os militares e as normalistas as responsáveis pela prática da educação física nas escolas.

O AA de Barbacena, no ano de 1928, além dessas práticas de educação física, desenvolvia atividades de escotismo. O Escotismo foi um movimento iniciado na Inglaterra pelo general inglês Robert Baden Powell, no ano de 1907, trazendo desde o princípio um direcionamento voltado para os jovens, servindo para passar-lhes valores éticos, baseados no espírito comunitário, no exercício da liberdade com responsabilidade e no aprimoramento da personalidade. O primeiro contato de brasileiros com o Escotismo ocorreu por parte de militares que se encontravam na Inglaterra em missões oficiais.

Segundo Nascimento (2008), o primeiro texto sobre escotismo publicado no Brasil foi escrito pelo tenente Eduardo Henrique Weaver, em 1909, o qual, junto com seus comandados, desembarcou no Rio de Janeiro em 1910 trazendo uniformes escoteiros e, meses depois, fundou o Centro de *Boys Scouts* do Brasil. Segundo Ana Clara Bortoleto Nery (2003), a primeira vez que se adotou o escotismo em uma escola pública foi em 1917, no Distrito Federal, ministrado por inspetores de ensino. Ainda de acordo com a autora, havia uma relação estreita entre o escotismo e as atividades desenvolvidas pela Liga de Defesa Nacional (LDN). A imbricação entre os escoteiros e a instituição escolar foi largamente debatida durante toda a década de 1930 e início da década de 1940, como um meio de passarem-se os preceitos da instituição militar aos alunos (HORTA, 1994).

O pesquisador Jorge Carvalho do Nascimento (2008) afirma que as análises feitas sobre o Escotismo na historiografia brasileira observam-no como um movimento de militarização da infância, de natureza estritamente patriótica, cívico-militar, esquecendo-se de observá-lo como uma prática que incorporou valores, comportamentos e hábitos centrados na ideia do autogoverno.

Esse autor entende o Escotismo como parte da Pedagogia Ativa, presente no cenário das reformas educacionais que ocorreram em diferentes países europeus e americanos nas primeiras décadas do século XX. Assevera, também, que apesar de fundado por um general inglês, o Escotismo trazia impregnados preceitos do Pragmatismo norte-americano:

Os elementos pragmatistas presentes no discurso do *lord* Baden-Powell permitiram que este propusesse a interação da pessoa em seu meio ambiente. A educação oferecida pelo movimento escoteiro, com o seu modo de ensinar, permitia que tudo fosse dirigido para o indivíduo, para a competência, com o objetivo de formar homens e mulheres capazes de criar e fazer coisas e não apenas de repeti-las (NASCIMENTO, 2008, p. 205).

Tais valores educativos presentes na Pedagogia do Escotismo também podiam ser vistos nos Aprendizados, pois nestes estabelecimentos visava-se à aquisição de competências técnico-científicas para um melhor aproveitamento da terra e de tudo que estivesse relacionado a ela. Buscava-se nos Aprendizados, assim como no Escotismo, a formação de um “novo homem”, um homem de ação.

Com relação especificamente à adoção do Escotismo no AA de Barbacena no ano de 1928, ela está coadunada com a reforma educacional estabelecida por Francisco Campos, secretário do Interior do governo de Antônio Carlos, propondo a criação de Grupos Escoteiros junto aos Grupos Escolares (NASCIMENTO, 2008). Tal política ganhou evidência entre os anos de 1926 a 1930, tendo ocorrido, para tanto, o trabalho desenvolvido por Antônio Pereira da Silva, que percorreu o interior mineiro fundando grupos de escoteiros, chegando a Barbacena do ano de 1927, onde fundou um desses grupos e a Associação Barbacense de Escoteiros.

Nesse sentido, a adoção do Escotismo no AA de Barbacena no ano de 1928 estava em sintonia com a política adotada em todo o estado de Minas Gerais e que havia sido implementada naquele município no ano anterior.

O Escotismo, a ginástica e os exercícios militares configuravam-se como atividades complementares à formação prestada pelos Aprendizados, as quais deveriam contribuir para a transformação de hábitos, condutas, valores morais e fortalecimento corporal.

A formação prestada pelos Aprendizados e o destino dos seus egressos

A “teia educacional” que compunha a formação prestada pelos Aprendizados, a qual englobava o ensino primário, as práticas agrícolas, zootécnicas, indústrias rurais, oficinas profissionais, ginástica, exercícios militares e Escotismo, criava um fator de diferenciação para aqueles que frequentavam esses estabelecimentos, ampliando-lhes o horizonte profissional, principalmente para aqueles que concluíam o curso de formação profissional.

Ao estabelecer tal afirmação, busco matizar a assertiva feita pela pesquisadora Sônia Regina de Mendonça, para a qual os AAs reforçavam o imobilismo social e atendiam apenas aos interesses dos grupos agrários dominantes:

A despeito de seu número reduzido, a importância dos Aprendizados residiu em difundir os princípios do ‘ensino agrícola’ enquanto instrumentos do poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, uma vez que, colocando à porta do *rurícola* um saber presidido pela noção de ‘progresso’, naturalizava-se tanto a oposição entre uma agricultura ‘moderna’ e outra ‘arcaica’, quanto à subordinação desta à primeira, ambas despidas de conteúdo de classe. Ademais, os Aprendizados mantinham seus internos numa imobilidade própria a *viveiros de mão-de-obra*, onde os fazendeiros da vizinhança recrutavam gratuitamente equipes para tarefas sazonais em suas propriedades (MENDONÇA, 2006, p. 4-5).

Ao concluir o curso regular, os alunos recebiam uma certificação que variava, a depender do estabelecimento. No AA de Barbacena era o de chefe de culturas; no AA de Juazeiro era o curso especial de agronomia. Contudo, na maioria dos AAs, os alunos recebiam a certificação de capacidade prática em trabalhos agrícolas. Contudo, eram poucos os alunos que concluíam os estudos. Como citado anteriormente, somente o AA de Barbacena, no ano de 1927, conseguiu formar uma turma com dois dígitos de alunos, 11 no total.

A dificuldade em se concluir os estudos dava à certificação um significado ainda maior, aumentando, com isso, o grau de diferenciação entre os certificados, portadores de conhecimentos técnico-científicos e os não-certificados, possuidores de práticas tradicionais, a-científicas. A conclusão dos estudos nos AAs possibilitava, ainda, a continuidade dos estudos ou o emprego em instituições ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), conforme estabelecido em lei. Nesta direção, os alunos que concluíram o curso profissional nos anos de 1930 e 1931 no AA de Barbacena tiveram o seguinte destino:

Em junho de 1930, terminaram o Curso Profissional ou de Chefe de Culturas seis alunos, dos quais apenas 1, obteve o diploma de Chefe de Culturas, e 5 o certificado de capacidade prática em trabalhos agrícolas. Destes últimos, 3 acham-se empregados na lavoura particular; 1 servindo no Aprendizado, na qualidade de chefe de turma de alunos para os trabalhos de campo; 1, continuando os seus estudos profissionais fora do estabelecimento e 1 dirigindo uma fazenda de sua propriedade.

Em junho de 1931, terminaram o mesmo Curso acima referido, 9 alunos, dos quais 2 obtiveram o diploma de Chefe de Culturas e, 7, o certificado de capacidade prática em trabalhos agrícolas. Destes últimos, 5 trabalham por conta própria ou de particulares, empregando os conhecimentos obtidos no Aprendizado; 1 serve no Aprendizado Agrícola de Barreiras, Ba., na qualidade de pomicultor e 1 dirige uma fábrica de laticínios no município de Palmira, M.G. Os dois alunos diplomados como Chefes de Culturas estão fazendo o curso de Agronomia (BRASIL-RMA, 1931, p. 163-164).

Havia alunos oriundos de diversos Aprendizados atuando nas mais diversificadas funções agrícolas, em diferentes estados e repartições públicas federais, tais como a Inspetoria Agrícola do 10º Distrito, situada no estado de Sergipe; no Serviço do Algodão do estado da Bahia, no Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do estado da Paraíba, na Secretaria de Agricultura do estado do Espírito Santo, dentre outros.

Era comum os alunos serem aproveitados no próprio estabelecimento a fim de servirem de exemplos para os demais, estimulando-os para que almejassem chegar à mesma situação. A colocação de egressos como funcionários do Aprendizado representava um símbolo do que o ensino ministrado no estabelecimento poderia fazer pelos alunos, servindo, de certa forma, como um instrumento de ascensão social.

O estímulo dado pelo governo federal à aquisição de terras pelos egressos dos estabelecimentos também servia como motivador para que os alunos concluíssem o curso regular. Como previsto na legislação do ensino agrícola, os alunos oriundos de instituições de ensino agrícola teriam prioridade na aquisição de terras públicas. Isto fez com que muitos egressos adquirissem sua própria terra, tornando-se pequenos agricultores.

Todos esses “benefícios” para aqueles que concluíssem o curso profissionalizante dos Aprendizados Agrícolas faziam com que a procura por matrículas nos estabelecimentos fosse crescente. Contudo, por falta de estrutura para receber um contingente maior de alunos, muitos não eram atendidos em sua solicitação. As perspectivas advindas da formação prestada pelos

Aprendizados eram boas, tanto para os alunos, pelos motivos já antes elencados, quanto para o governo, que via nesta política a possibilidade de fixação do homem no campo, fazendo com que diminuisse o fluxo de imigrantes para os centros urbanos.

Conforme já citado, o AA de Barbacena destaca-se no número de alunos formados em seu curso profissional. Entre os anos de 1910 e 1923 a maioria dos egressos desse Aprendizado, 11 no total, adquiriram sua própria terra, tornando-se pequenos agricultores (BRASIL-RMAIC, 1923). Isto, de certa forma, relativiza algumas análises realizadas sobre os Aprendizados como “viveiros de mão-de-obra”, pois, ao adquirir a sua própria terra, tornavam-se “donos” da sua própria força de trabalho. O estímulo à aquisição de terras pelos egressos também pode ser analisado como um reflexo dos ideais pragmatistas, que constituíam o ensino desses estabelecimentos, ou seja, a busca do autogoverno, da autoiniciativa.

Todavia, é significativo o número de egressos empregados em fazendas ou indústrias agrícolas, 10 no total. Ressalta-se, entretanto, que deste total, três desempenhavam função de destaque em seus empregos, sendo dois administradores da fazenda e um chefe em uma fábrica de doces, o que ratifica que os conhecimentos adquiridos nos Aprendizados se constituíam como um fator de diferenciação profissional.

Considerações finais

A lei nº 8.319 organizou todos os níveis de ensino, dando origem às instituições de ensino agrícola primário, denominadas Aprendizados Agrícolas. Estas instituições deveriam capacitar, sobretudo, os filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, incutindo modernas técnicas agrícolas que criasse novas formas de relacionamento entre “homem e terra”, constituindo-se, assim, num ideal civilizatório. Além de atender a uma clientela formada por jovens entre 14 e 16 anos, os Aprendizados criaram cursos para educação de adultos, buscando interferir na formação dos trabalhadores que já atuavam no campo. Além disso, davam suporte técnico aos fazendeiros nas regiões onde se localizavam, distribuindo mudas de plantas, sementes, disponibilizando máquinas agrícolas, animais reprodutores, dentre outros instrumentos que pudessem dinamizar as culturas da localidade.

Havia, ainda, nos Aprendizados a possibilidade de oferecer cursos abreviados voltados para especificidades na condução das propriedades agrícolas, dando aos alunos a certificação correspondente à atividade aprendida. Outra peculiaridade dessas instituições de ensino agrícola era a oferta de cursos de formação profissional voltados para as mulheres, destinando-lhes o aprendizado das chamadas indústrias rurais, tais como o fabrico da manteiga, do queijo, de compotas de doces, dentre outras atividades que agregavam valor aos produtos agrícolas.

Os Aprendizados disponibilizavam, também, cursos primários destinados essencialmente a ensinar os rudimentos da leitura, escrita e as operações matemáticas aos alunos que procuravam essas instituições, pois era grande o contingente de analfabetos que procuravam os estabelecimentos. Nesses cursos merece destaque a presença de mulheres frequentando as aulas juntamente com os homens, o que não era muito comum para a época, como no caso do Aprendizado Agrícola de Juazeiro.

Não obstante a importância dos Aprendizados na qualificação técnica dos trabalhadores agrícolas, tais instituições perderam espaço no desenvolvimento das políticas de ensino agrícola primário entre 1910 e 1934, dos oito estabelecimentos criados até 1914 (São Simão-SP; Barbacena-MG; Satuba-AL; São Luiz das Missões-RS; Tubarão-SC; Igarapé-açu-PA; Bahia-BA; Guimarães-MA), apenas dois funcionaram ininterruptamente durante estes 24 anos. Foi o caso dos Aprendizados de Barbacena-MG e da Bahia, este depois transferido para a cidade de Barreiras. Neste sentido, era comum que a cada dificuldade orçamentária o Governo Federal diminuisse os recursos destinados a essas instituições, inclusive fechando algumas.

Referências

BRASIL. Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910. Cria o ensino agronômico e aprova o respectivo regulamento. **SICON** (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1944. Disponível em: <<[>>](http://www.senado.gov.br/sicon).

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do diretor do Aprendizado Agrícola de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1913.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1915.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1916.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1919.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1920.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1922.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1923.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1925.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1927.

BRASIL-RMAIC. *Relatório do ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930-1931.

BRASIL-RMA. *Relatório do ministro da Agricultura enviado ao presidente da República*. Rio de Janeiro: Typ. do Ministério da Agricultura, 1931.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DEWEY, John. O desenvolvimento do pragmatismo americano. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. **Cognitio-Estudos: revista eletrônica de Filosofia**. São Paulo, vol. 5, nº 2, julho-dezembro, 2008, p. 119-132.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes v. 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERNANDES, Tania. Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal). **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, VI (1): 29-51, mar.-jun. 1999.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORENO, Andrea. O Rio de Janeiro e o corpo do homem Fluminense: o ‘não-lugar’ da Ginástica Sueca. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, nº 01, v. 25, Campinas, 2003, p.55-68.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Cataventos, 2004.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Práticas Escolares em Revista: o Escotismo. In: XXII Simpósio Nacional de História - Anpuh, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, Anpuh, 2003.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2006.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Pelos Caminhos de Deméter: os Aprendizados Agrícolas Federais e as políticas para o ensino agrícola primário no início do século XX (1910-1947)**. 2010. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia/UFBA. Salvador, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende; BRANT, Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira; SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. e PASCOM, Ana Roberta Pati. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set/dez., 2000.

SANTANA, Angélica Jesus de. **As práticas pedagógico-educativas da educação do corpo no ensino primário em Sergipe – 1889/1930**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2008.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.